

continua ...



... continuação

Qualicorp Administradora de Benefícios S.A.				
Controladas diretas e coligadas	Principal atividade	Pais-Sede	31/12/2025	Participação 31/12/2024
Plural Gestão em Planos de Saúde Ltda	Administração e estipu- lação de benefícios	Brasil	75%	75%
Uniconsult – Adminis- tradora de Benefícios e Serviços Ltda. (*)	Administração e estipu- lação de benefícios	Brasil	25%	–
(*) A Companhia não detém o controle desta investida, portanto, as demonstrações financeiras consolidadas não incluem tal coligada.				
A participação de terceiros no patrimônio líquido e no lucro líquido das controla- das é apresentado como um componente do patrimônio líquido consolidado e na demonstração do resultado consolidado na rubrica de “Participação dos acionistas não controladores”.				
3. Políticas Contábeis – As políticas contábeis materiais adotadas foram as seguintes: Princípios gerais: Os ativos, passivos, receitas e despesas são apurados de acordo com o regime de competência. A receita de venda é reconhecida na demonstração do resultado quando os serviços são efetivamente prestados. Os direitos realizáveis e as obrigações exigíveis após os próximos 12 meses são classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente. i. Instrumentos financeiros: Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia e sua controlada passam a fazer parte das disposições contratuais do instrumento. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos pelo valor nominal que se aproxima do valor justo, conside- rando inclusive que as operações geralmente têm prazo de vencimento de até 30 dias, e que, portanto, resultam em efeitos imateriais nas informações financeiras. Os passivos financeiros referentes às aquisições de cessão de direitos e aos direitos de exclusividade são reconhecidos e atualizados, quando aplicável, com base nos con- tratos firmados. Os demais passivos financeiros são inicialmente reconhecidos pelo valor nominal que se aproxima do valor justo, considerando inclusive que as operações geralmente têm prazo de vencimento de até 30 dias e que, portanto, resultam em efeitos imateriais nas demonstrações financeiras individuais e consolidada. Os custos das transações diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos finan- ceiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos das transações diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. Ativos financeiros: No reco- nhecimento inicial, os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias específicas: ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abran- gantes e ao valor justo por meio do resultado, conforme pronunciamento técnico CPC 48. A classificação depende do modelo de negócio da entidade e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações regulares de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações recorrentes correspondem a ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado. a) Ativos financeiros mensurados ao custo am- ortizado: Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. b) Ativos financeiros mensu- rados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: Os ativos financeiros são classificados na categoria de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e • Seus termos contratu- ais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto; c) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme descrito acima, são classificados como ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros: Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou for designado como tal no reco- nhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resul- tado são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exata- mente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido. Desreconhecimento: A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transa- ção na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. A Companhia efetua a baixa de passivos financeiros somente quando as obrigações contratuais são extintas, e canceladas, quando expiram ou são liquidadas. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado. ii. Dis- ponível e aplicações financeiras de liquidez imediata: Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data da apli- cação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. Conforme política interna, as aplicações financeiras centralizam-se naquelas de menor risco, sendo realizadas em renda fixa e cotas de fundo de renda fixa, multimercado e títulos públicos federais. A aplicação de recursos financeiros é permitida apenas em instituições sólidas com classificação de “rating” de “AAA” até “BBB” no limite de 100% e de “rating” “BBB” até “BBB+” no limite de 20%. Parte dos valores aplicados centraliza- -se em fundos dedicados à ANS e aos Certificados de Depósito Bancários – CDBs, com rentabilidade baseada no Certificado de Depósito Interfinanceiro – CDI. iii. Apli- cações financeiras: Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, as aplicações financeiras incluem (i) cotas em Fundo de Investimento, cujo valor de mercado não exclusivo de renda fixa é apurado com base no valor de cota divulgado pelo adminis- trador do fundo no qual a Companhia aplica seus recursos; e (ii) aplicações financeiras mantidas como ativo garantidor de acordo com a Resolução Normativa nº 514/22 da ANS, cujo valor de mercado das cotas não exclusivo de renda fixa é apurado com base no valor de cota divulgado pelo administrador do fundo no qual a Companhia aplica seus recursos. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, normativa referen- ciada acima encontra-se revogada pela Resolução normativa nº 569/22, que descrevia as administradoras de benefícios a manterem aplicações como ativo garantidor. iv. Cr- ditos de operações com administração de benefícios, contraprestações/ prêmios a restituir, receita antecipada de contraprestações/prêmios e débitos de operações com administração de benefícios: Nas operações de administração de contratos coletivos por adesão efetuadas por conta e ordem de terceiros e nas opera- ções de estipulação de contratos coletivos por adesão são realizadas as operações de cobrança dos beneficiários e o repasse às operadoras e seguradoras de saúde através da quitação das respectivas faturas, independentemente dos recebimentos (operações que envolvem o risco de crédito dos beneficiários para a Companhia e sua controlada), com exceção dos casos em que o risco de crédito é da seguradora/ope- radora de saúde. Essas operações, com e sem risco de crédito, são contabilizadas em conta do ativo “Créditos de administração de benefícios” em contrapartida às cotas de passivos de “Débitos de administração de benefícios” (valores devidos às operado- ras e seguradoras) e de “Contraprestações/prêmios a restituir” (valores devidos às entidades), e contas de resultado relativos à taxa de administração e repasses finan- ceiros. Os recebimentos antecipados de clientes são contabilizados no passivo, na rubrica “Receita antecipada de contraprestações/prêmios”. Nas operações em que a Companhia assume o risco de crédito, os valores vencidos há mais de 90 dias são baixados como perdas com créditos incorríveis, quando não há expectativa de rece- bimento, e registrados como recuperação de crédito, quando do efetivo recebimento. Os recebimentos antecipados de clientes são contabilizados no passivo, na rubrica “Receita antecipada de contraprestações/prêmios”. v. Provisão para perdas sobre créditos: Utilizando-se de uma abordagem simplificada na mensuração de créditos de liquidação duvidosa, no reconhecimento inicial de contas a receber de clientes, as Administradoras de Benefícios do Grupo Qualicorp que assumem o risco de crédito reconhecem no resultado a provisão de perdas, calculada através do percentual de inadimplência identificado no estudo interno de inadimplência da Companhia sobre os respectivos faturamentos. Esse estudo é reavaliado anualmente a menos que ocorra uma alteração significativa no mix de operadoras/clientes ou uma alteração significativa dos prazos de cancelamentos dos clientes por débito que exija avaliação em menor prazo. A Companhia também analisa a curva de recebimento para estimar a perda esperada para os saldos de contas a receber. vi. Combinação de negócios e inves- timentos em controladas: Uma combinação de negócios ocorre por meio de um evento em que a Companhia ou sua controlada adquirem o controle de um novo ativo (negócio), independente da sua forma jurídica. De acordo com a nova definição de negócio constante no item B7 revisada e atualizada no Pronunciamento Técnico CPC/15 (R1), um negócio consiste em <i>inputs</i> (entradas) e Processos que aplicados a essas entradas possuem a capacidade de contribuir para a criação de <i>outputs</i> (saídas), ou seja, as principais alterações dizem respeito à uma definição mais restrita de saídas onde um conjunto de atividades e ativos deve incluir, no mínimo, um <i>input</i> e um processo				

substantivo para ser um negócio. **a) Demonstrações financeiras consolidadas:** Controladas: Todas as entidades nas quais a Companhia detém o controle de forma direta ou indireta são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos para a aquisição de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos e dos passivos incorridos na data de aquisição para os antigos controladores da adquirida e das participações emitidas pela Companhia em troca do controle da adquirida. Adicionalmente a Companhia detém 25% de participação em investida não controlada. **b) Demonstrações financeiras individuais:** Nas demonstrações financeiras individuais, a Companhia considera que qualquer montante excedente ao custo de aquisição sobre a participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da adquirida na data de aquisição seja reconhecido como ágio. O ágio é acrescido ao valor contábil do investimento. Qualquer montante da participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis que exceda o custo de aquisição, após a reavaliação, é imediatamente reconhecido no resultado. As contraprestações transferidas, bem como o valor justo líquido dos ativos e passivos, são mensuradas utilizando-se os mesmos critérios aplicáveis às demonstrações financeiras consolidadas descritos anteriormente. Nas demonstrações financeiras individuais os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são elimina-
dos a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As práticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo. **vii. Imobilizado:** Está demonstrado ao custo de aquisição. Os saldos apresentados encontram-se deduzidos das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, levando em consideração a vida útil estimada dos bens, exceto para as benfeitorias em imóveis de terceiros que são amortizados de acordo com os prazos dos contratos de locação dos imóveis. O valor residual dos itens do imobilizado é baixado imediata-
mente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável (nota explicativa nº 3 ix a). **viii. Intangível:** Está representado principalmente: (i) pelos valores dos ágios pagos nas aquisições de controladas (*); (ii) pelos valores alocados a título de relacionamento com clientes pagos na aquisição de investimentos de con-
troladas (*); (iii) pela aquisição de cessão de direitos, adquiridas de terceiros; e (iv) pelas licenças de softwares e softwares em uso e em desenvolvimento, pagos a ter-
ceiros. Esses ativos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A amorti-
zação dos ativos intangíveis com vida útil definida é calculada pelo método linear, com base no prazo em que o ativo irá gerar benefícios econômicos futuros, conforme mencionado na nota explicativa nº 13. O valor residual dos itens do intangível é baixado imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável (nota explicativa nº 3 ix a). (*) Nas demonstrações financeiras individuais esses valores estão demonstrados na rubrica “Investimentos”, líquidos das amortiza-
ções, impostos diferidos e baixas. **ix. Redução ao valor recuperável do ativo (impairment):** **a) Ativo imobilizado e intangível com prazo de vida útil determinados:** No fim de cada exercício e/ou quando houver indícios de redução ao valor recuperável, a Companhia e sua controlada revisam o valor contábil de seus ativos tangíveis e intan-
gíveis com vida útil determinada para verificar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se aplicável. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da Unidade Geradora de Caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada. O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflete uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos especí-
ficos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. Se o montante recuperável de um ativo (ou UGC) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou UGC) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou UGC) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou UGC) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. **b) Ágio:** O ágio (*goodwill*) é o valor excedente do custo da combinação de negócios em relação à participação da empresa adquirente sobre o valor justo dos ativos e passivos da adquirida, ou seja, o excedente é a parcela paga a maior pela empresa adquirente devido à expectativa de geração de lucros futuros pela empresa adquirida. As unidades geradoras de caixa às quais o ágio foi alocado são submetidas anualmente a teste de redução ao valor recuperável, ou com maior frequência quando houver indicação de que a unidade poderá apresentar redução ao valor recuperável. Adicionalmente, os ágios são aloca-
dos a unidade geradora de caixa Afinidades, que são avaliados para fins de *impairment* anualmente. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução ao valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um de seus ativos. Qualquer perda por redução ao valor recuperável de ágio é reconhecida direta-
mente no resultado do exercício. A perda por redução ao valor recuperável não é revertida em exercícios subsequentes. Durante o exercício de 2025 a Companhia e sua controlada avaliaram seus ativos e não detectaram necessidade de registro de perdas por redução ao valor recuperável. Para maiores detalhes ver a nota explicativa nº 13 a x. **x. Arrendamento:** A Companhia avalia, na data de início do contrato, se um contrato de aluguel é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contra-
prestação. A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensura-
ção para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor, que são reconhecidos pelo método linear como uma despesa no resultado. Os ativos de baixo valor são montantes arrendados com valor contábil inferior a R\$20. A Companhia e sua controlada reconhecem os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumu-
lada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remuneração dos passivos de arrendamento. Os passivos de arrendamento são mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia e sua controlada utilizam a taxa de empréstimo incremen-
tal na data de início porque a taxa de juros implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento ou uma altera-
ção nos pagamentos do arrendamento. **x. Imposto de renda e contribuição social diferidos:** A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$240. A contri-
buição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado. Adicional-
mente, são constituídos: (i) provisão para imposto de renda e contribuição social sobre diferença temporária; e (ii) créditos tributários sobre as diferenças temporárias, no pressuposto de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para a compensação desses créditos. O montante do imposto de renda diferido ativo é revisado a cada

encerramento das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e reduzido pelo montante que não seja mais realizável através de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar, o montante a ser registrado do ativo fiscal. Os créditos reconhecidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribui-
ção social estão suportados por projeções de resultados tributáveis futuros, com base em estudos técnicos de viabilidade. Esses estudos consideram o histórico de rentabi-
lidade da Companhia e de sua controlada e a perspectiva de manutenção da lucrati-
vidade, permitindo uma estimativa de recuperação dos créditos em anos futuros. Os demais créditos, que têm por base diferenças temporárias, principalmente provisão para passivos tributários, bem como provisão para perdas, foram reconhecidos conforme a expectativa de sua realização. **xii. Apuração do resultado:** As receitas decorrentes da intermediação de vendas de planos de saúde e odontológicos efetuados aos bene-
ficiários são contabilizadas quando da efetivação das vendas, que ocorrem geralmente até o mês subsequente à liquidação dos valores devidos pelas seguradoras e opera-
doras. As principais receitas são as seguintes: • Contraprestação/Prêmios a restituir: corresponde à remuneração mensal devida pelas operadoras e seguradoras, relativos aos serviços de estipulação do seguro ou contratação dos planos assistenciais, os quais são apropriados e recebidos mensalmente. • Receita de taxa de administração: corresponde à remuneração mensal da atividade de administração e/ou estipulação dos ramos saúde e odontológico dos planos coletivos por adesão. **xiii. Provisões para ações judiciais:** As provisões para riscos tributários e trabalhistas são reconhecidas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas quando a Administração, com base em posições dos advogados internos e externos da Companhia, avalia que o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa é provável, quando a saída de recursos para a liquidação das obrigações é inevitável e quando os montantes envol-
vidos forem mensuráveis com segurança suficiente. As obrigações legais, fiscais e previdenciárias incluem as demandas judiciais, nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, onde os montan-
tes são registrados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e atualizados de acordo com a legislação fiscal. Já as provisões cíveis relacionadas a processos massificados (ações consideradas semelhantes e cujo valor individual não seja relevante), são reconhecidas através de um método estatístico objetivo que utiliza como referência o desempenho histórico da carteira de processos cíveis em 24 meses, considerando a média ou mediana de todos os processos, bem como as taxas de perda, onde através desse novo modelo foi possível concluir que o mesmo: • Prove previsibilidade e confiança nos números jurídicos; • Aprimora o controle de desempe-
nho; • Elimina erros contábeis e mitiga riscos; • Uniformiza procedimentos, critérios e estimativas. Internaliza a inteligência do provisionamento; • Gera independência na gestão interna dos processos judiciais. Contribui para cultura analítica; • Reduz ativida-
des operacionais a rotina do contencioso cível; **xiv. Participações sobre o lucro e ações e ações restritas:** As remunerações a empregados e administradores que não forem definidas em virtude, direta e proporcionalmente, do lucro da Companhia e sua controlada são classificadas como custo ou despesa operacional. A Companhia e sua controlada, com base nessas determinações, adotam os seguintes procedimentos: (i) classificam as despesas de participações de administradores e empregados em des-
pesas administrativas; e (ii) efetuam o cálculo, a alocação proporcional para cada controlada e a contabilização, em despesas administrativas, de todos os custos esti-
mados ações restritas outorgadas aos contratos de pagamento baseados em ações existentes (nota explicativa nº 19). A contabilização dessas despesas administrativas é em contrapartida à conta “Reserva de capital – opções outorgadas de ações”. **Plano de ações restritas:** O valor justo do plano de outorga de compra de ações restritas é reconhecido em despesas administrativas com correspondente ajuste no patrimônio líquido. O valor é devido aos participantes anualmente, ressalvado alguma deliberação diferente do Conselho de Administração de sua controladora, na proporção de 25% a 33% das ações, na data de cada aniversário de celebração do contrato; O total de ações destinadas ao programa não pode ultrapassar 4% do total de ações de sua controladora, as quais podem ser exercidas mediante emissão de novas ações do capital social ou mediante alienação de ações mantidas em tesouraria de sua contro-
ladora. O prazo máximo para o exercício das ações outorgadas é até cinco anos contados da data da assinatura do contrato de opção. As ações poderão ser entregues como parte do pagamento da participação dos resultados e lucros de sua controladora; e o preço de exercício das ações restritas será o preço de cotação de mercado de cada ação restrita na B3 S.A. no dia útil imediatamente anterior a respectiva data de outorga. **xv. Contabilização dos dividendos:** A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Companhia e de sua controlada que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo circulante (veja nota explicativa nº 18), por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Companhia. Entretanto, a parcela dos dividendos superior ao divi-
dendo mínimo obrigatório, declarada pela Administração após o período contábil a que se referem às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, mas antes da data de autorização para emissão das referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, é registrada no patrimônio líquido. **4. Estimativas, Julgamentos e Premissas Contábeis Significativas** – Na aplicação das práticas contábeis da Companhia e sua controlada descritas na nota explicativa nº 3, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos que não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decor-
rentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas esse período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros. Nesse contexto, as estimativas e as premissas contábeis são continuamente avaliadas pela Administração da Companhia e sua controlada e baseiam-se na experiência histórica e em vários outros fatores, que estas entendem como razoáveis e relevantes. A Companhia e sua controlada adotam premissas e fazem estimativas com relação ao futuro, a fim de proporcionar um entendimento de como a Companhia e sua controlada formam seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive as variáveis e premissas utilizadas nas estimativas que requerem o uso de julgamentos quanto aos efeitos de questões relativamente incertas sobre o valor contábil dos seus ativos e passivos, e os resultados reais raramente serão exatamente iguais aos estimados. Para aplicação das práticas contábeis descritas anteriormente, a Administração da Companhia e de sua controlada adotaram as seguintes premissas que podem afetar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas: a) Teste de redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*): A Companhia anualmente testa os saldos de ágio por *impairment*, de acordo com a política contábil apresentada na nota explicativa nº 3 ix b e premissas na nota explicativa nº 13. Os valores recuperáveis das Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculo efetuado conforme estimativas descritas na nota explicativa nº 13. Se a taxa de desconto estimada antes do imposto aplicada aos fluxos de caixa descontados fosse 1% maior que as estimativas da administração, passaria de 14,9% para 15,9% e continuaria não havendo perda a ser reconhecida. b) Provisão para riscos cíveis: As provisões para riscos cíveis são reconhecidas através de um método estatístico objetivo que utiliza como referência o desempenho histórico da carteira de processos cíveis em 24 meses, considerando a média ou mediana de todos os processos. O desempenho histórico está atrelado aos processos ativos x pagamentos utilizados, que pode de forma sazonal, aumentar ou diminuir a provisão. Caso a variação fosse de 10% teria um acréscimo ou redução na provisão no valor de R\$5.185 no consolidado (R\$4.666 no consolidado de 31 de dezembro de 2024). c) Opções para aquisição de participação de não controladores: A Companhia revisa anualmente as estimativas dos passivos de opção para aquisição de participação de não controladores ao valor justo com base em projeções de resultado descontadas a valor presente por uma taxa de desconto. Se as projeções de resultado fossem 10% maiores, então o passivo aumentaria em R\$9.099 (R\$7.763 em 31 de dezembro de 2024). d) Provisão para perdas esperadas de contas a receber de clientes: Calculada através de um percentual identificado em estudo interno da Empresa sobre os respectivos faturamentos, que considera uma média ponderada de inadimplência histórica dos últimos 24 meses. Em 31/12/2025 percentual médio ponderado aplicado é de 0,98% (mesmo percentual em 31/12/2024).

5. Instrumentos Financeiros – a) Classificação e valor justo dos instrumentos financeiros: Segue abaixo a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros da Companhia:

Controladora				
31/12/2025		31/12/2024		
Custo	Amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo	Amortizado
–	–	–	–	–
–	113.264	–	–	196.908
–	518.895	–	–	339.722
43.200	–	–	57.525	–
–	–	–	2.354	–
148.199	–	–	184.064	–
30.117	–	–	23.621	–
221.516	632.159	267.564	536.630	–
197.604	–	257.222	–	–
38.083	–	52.342	–	–
31.358	–	34.380	–	–
1.845	–	1.771	–	–
–	–	2.086	–	–
–	90.993	–	–	77.630
245.444	–	183.546	–	–
514.334	90.993	531.347	–	77.630

continua ...



continua ...



continuação

Qualicorp Administradora de Benefícios S.A.

13. Intangível – Ativos intangíveis estão compostos como segue:

		Taxa anual de amortização – %		Controladora		Consolidado	
				Amortização Acumulada	Saldo em 31/12/2025	Amortização Acumulada	Saldo em 31/12/2025
				Custo		Custo	
Aliança Administradora de Benefícios SA, incorporada				249.420	–	249.420	–
Grupo Padrão, incorporada				136.653	–	136.653	–
Plural Gestão em Planos de Saúde Ltda				–	–	168.528	–
Elo Administradora de Benefícios Ltda, incorporada				66.550	–	66.550	–
Total de ágio				452.623	–	452.623	621.151
Aquisições de cessão de direitos	20			267.492	(259.334)	8.158	279.999
Softwares e softwares em desenvolvimento	20			299.760	(245.264)	54.496	300.263
Direito de exclusividade	20			80.483	(59.942)	20.541	84.483
Marcas e patentes	20			187	(187)	–	1.149
Acordo de não competição	16,5			4.609	(4.429)	180	5.309
Comissão de obtenções de vendas	40,8			18.031	(17.775)	256	83.092
Total outros ativos intangíveis				670.562	(586.931)	83.631	754.295
Total do intangível				1.123.185	(586.931)	536.254	1.375.446

A seguir estão detalhadas as movimentações ocorridas nos ativos intangíveis:

	Consolidado		Saldo em 31/12/2024		Adição		Amor-tização		Saldo em 31/12/2025	
Ágio			621.151	–	–	–	–	–	621.151	
Aquisições de cessão de direitos			21.041	3.935	(10.651)	–	–	–	14.325	
Softwares e softwares em desenvolvimento			54.716	13.885	(13.950)	–	–	–	54.651	
Direito de exclusividade			13.041	16.099	(6.598)	–	–	–	22.542	
Marcas e patentes			193	–	(193)	–	–	–	–	
Acordo de não competição			1.137	–	(491)	–	–	–	646	
Comissão de Obtenções de Vendas (a)			27.478	13.195	(20.689)	–	–	–	19.984	
Total outros ativos intangíveis			738.757	47.114	(52.572)	–	–	–	733.299	

	Controladora		Saldo em 31/12/2024		Adição		Amor-tização		Saldo em 31/12/2025	
Ágio			452.623	–	–	–	–	–	452.623	
Aquisições de cessão de direitos			13.298	3.937	(9.077)	–	–	–	8.158	
Softwares e softwares em desenvolvimento			54.579	13.621	(13.704)	–	–	–	54.496	
Direito de exclusividade			10.041	16.099	(5.599)	–	–	–	20.541	
Acordo de não competição			216	–	(36)	–	–	–	180	
Comissão de Obtenções de Vendas (a)			262	239	(245)	–	–	–	256	
Total outros ativos intangíveis			531.019	33.896	(28.661)	–	–	–	536.254	

	Controladora		Saldo em 31/12/2023		Adição		Amor-tização		Baixas		Saldo em 31/12/2024	
Ágio			621.151	–	–	–	–	–	–	–	621.151	
Aquisições de cessão de direitos			34.035	–	(12.994)	–	–	–	–	–	21.041	
Softwares e softwares em desenvolvimento			46.788	17.380	(9.292)	(160)	–	–	–	–	54.716	
Direito de exclusividade			19.390	200	(6.549)	–	–	–	–	–	13.041	
Marcas e patentes			385	–	(192)	–	–	–	–	–	193	
Acordo de não competição			695	700	(258)	–	–	–	–	–	1.137	
Comissão de obtenções de vendas (a)			30.449	23.587	(26.235)	(323)	–	–	–	–	27.478	
Total outros ativos intangíveis			752.893	41.867	(55.520)	(483)	–	–	–	–	738.757	

	Controladora		Saldo em 31/12/2023		Adição		Baixas		Saldo em 31/12/2024	
Ágio			452.623	–	–	–	–	–	–	452.623
Aquisições de cessão de direitos			24.718	–	(11.420)	–	–	–	–	13.298
Softwares e softwares em desenvolvimento			46.788	17.143	(9.192)	(160)	–	–	–	54.579
Direito de exclusividade			15.390	200	(5.549)	–	–	–	–	10.041
Acordo de não competição			253	–	(37)	–	–	–	–	216
Comissão de obtenções de vendas (a)			1.601	5	(1.344)	–	–	–	–	262
Total outros ativos intangíveis			541.373	17.348	(27.542)	(160)	–	–	–	531.019

a) Refere-se a comissão de obtenção de novos contratos com clientes

Teste de perda por redução ao valor recuperável: De acordo com o CPC 01, os ágios das empresas adquiridas e demais intangíveis devem ser submetidos ao teste de “impairment”, no mínimo, anualmente. A Companhia efetuou esse teste para todas as aquisições de investimentos e intangíveis realizadas até 31 de dezembro de 2025. O teste foi baseado no valor recuperável das unidades geradoras de caixas, apurado com base no valor em uso, utilizando o fluxo de caixa baseado nas projeções financeiras aprovadas pela Administração.

Premissas UGC Adesão

Para o exercício de 2026 as análises se basearam, principalmente, no orçamento da Companhia. Para os demais anos foram considerados premissas macroeconômicas e de mercado de acordo com o plano de longo prazo da Companhia.

Despesas

Para o exercício de 2026 as análises se basearam, principalmente, nos orçamentos da Companhia. Para os demais anos, as despesas fixas foram reajustadas em função dos índices de inflação projetados para o período, tais como folha, serviços de terceiros, ocupação, entre outros; também levando em consideração o plano estratégico de longo prazo da Companhia para gestão de despesas.

Taxa de desconto

Os fluxos de caixa foram descontados com taxa de 14,2% a.a. antes dos impostos e taxa de 12,1% a.a. após impostos levando em consideração o custo médio ponderado de capital (WACC).

Perpetuidade

A Companhia considerou um crescimento nominal de 5% ao ano no período perpétuo correspondente a inflação de longo prazo.

Fontes

O trabalho foi realizado com base em fontes de informações econômicas, publicadas pelo Banco Central do Brasil, IPEA, Bloomberg e demais Bancos (Itaú, Bradesco, BTG e Santander) informações operacionais da Companhia, além das informações financeiras publicadas por ela.

14. Débitos de Operações de Assistência à Saúde – Débitos de operações de assistência à saúde, estão compostos como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Prêmios e planos de saúde a repassar (a)	197.604	257.222	224.219	261.420
Contraprestações/prêmios a restituir	31.358	34.380	31.601	34.463
Receita antecipada de contraprestações/prêmios	38.083	52.342	41.808	56.036
Comercialização sobre operações	1.845	1.771	2.411	2.130
Outros débitos de operações com planos de assistência à saúde	–	2.086	–	2.086
Total	268.890	347.801	300.039	356.135

a) Referem-se às faturas de planos e seguro-saúde, a serem pagas às seguradoras/operadoras no vencimento das faturas independentemente do recebimento por parte dos beneficiários.

15. Débitos Diversos – Os saldos de débitos diversos, nos passivos circulante e não circulante, são compostos conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Passivo circulante:				
Valores a repassar – segurado-reas/operadoras (a)	83.177	109.154	86.404	119.595
Reembolso de despesas a pagar (b)	104.627	23.051	89.946	23.743
Opção de compra (d)	90.993	–	90.993	–
Obrigação com pessoal	11.101	10.693	12.294	11.967
Fornecedores diversos	10.908	8.314	12.215	10.788
Depósitos não identificados	3.835	3.478	5.541	7.613
Arrendamento a pagar (c)	1.990	1.234	2.814	1.746
Aquisição de intangível a pagar	1.621	4.791	1.621	4.791
Seguros a pagar	7.480	–	7.480	–
Dividendos a pagar	285	–	285	1.849
Devolução beneficiário (RN412)	–	742	–	742
Outros	8.137	8.585	10.454	9.156
Total do passivo circulante	324.154	170.042	320.047	191.990
Passivo não circulante:				
Arrendamento a pagar (c) LP	12.283	13.337	12.632	13.994
Opção de compra (d)	–	77.630	–	77.630
Outros – LP	–	167	–	167
Total do passivo não circulante	12.283	91.134	12.632	91.791
Total geral	336.437	261.176	332.679	283.781

a) Referem-se, substancialmente, à diferença temporal entre a relação de beneficiários constantes no sistema/controles internos da Companhia e a relação analítica dos beneficiários constantes nas faturas pagas e/ou a pagar das operadoras/seguradoras de planos de saúde e planos odontológicos, que são regularizados em períodos subsequentes, após o processamento das movimentações enviadas pela Companhia

b) Refere-se a valores de partes relacionadas, vide nota explicativa nº 11. c) Refere-se ao valor de arrendamento a pagar, vide nota explicativa nº 16. d) Valor justo da opção

de compra relativa a participação dos acionistas minoritários da controlada Plural Gestão em Planos de Saúde Ltda.

16. Arrendamentos – a) Direito de Uso: Em 31 de dezembro de 2025 a movimentação no período é composta como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	12.044	6.438	13.175	7.009
Adição direito de uso (novos contratos)	–	13.186	476	13.186
Remensuração de arrendamento	1.267	143	1.305	1.534
Amortização de arrendamento	(1.997)	(4.644)	(2.536)	(5.335)
Baixa de períodos	–	(3.079)	–	(3.219)
Saldo no fim do período	11.314	12.044	12.420	13.175

b) Arrendamentos a Pagar: Em 31 de dezembro de 2025 a movimentação no período é composta como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	14.571	7.204	15.740	7.783
Adição direito de uso (novos contratos)	–	13.186	476	13.186
Juros apropriados no período	2.028	1.899	2.090	2.008
Remensuração de arrendamento	1.267	143	1.305	1.534
Pagamentos realizados	(3.593)	(4.123)	(4.165)	(4.888)
Baixa de arrendamentos	–	(3.738)	–	(3.883)
Saldo no fim do período	14.273	14.571	15.446	15.740
Passivo circulante	1.990	1.234	2.814	1.746
Passivo não circulante	12.283	13.337	12.632	13.994

17. Provisão Para Ações Judiciais – Durante o curso normal de suas atividades, a Companhia e sua controlada estão expostas aos riscos oriundos de contingências fiscais, trabalhistas, previdenciárias, cíveis, tributárias e de sinistralidade, para as quais, com base na opinião e estimativas da Administração foram constituídas provisões conforme quadro a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Cíveis (a)	51.235	46.454	51.851	46.655
Regulatório – ANS (b)	10.457	8.831	10.487	8.831
Trabalhistas e previdenciárias (c)	353	3.035	353	3.035
Tributárias (d)	573	2.216	1.065	2.216
Total	62.618	60.536	63.756	60.737

O quadro a seguir apresenta a movimentação dessas provisões para os períodos indicados:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	Adições	Reversões	31/12/2025
Cíveis (a)	46.454	11.726	(6.945)	51.235
Regulatório – ANS (b)	8.831	8.142	(6.516)	10.457
Trabalhistas e previdenciárias (c)	3.035	350	(3.032)	353
Tributárias (d)	2.216	35	(1.678)	573
Total	60.536	20.253	(18.171)	62.618

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	Adições	Reversões	31/12/2024
Cíveis (a)	43.840	11.285	(8.671)	46.454
Regulatório – ANS (b)	8.962	1.275	(1.406)	8.831
Trabalhistas e previdenciárias (c)	2.903	380	(250)	3.035
Tributárias (d)	2.052	112	(48)	2.216
Total	57.759	13.152	(10.375)	60.536

	Consolidado		31/12/2024		Adições		Reversões		31/12/2025	
Cíveis (a)			46.655	12.212	(7.016)	–	–	–	51.851	
Regulatório – ANS (b)			8.831	8.252	(6.596)	–	–	–	10.487	
Trabalhistas e previdenciárias (c)			326	526	(3.208)	–	–	–	353	
Tributárias (d)			2.216	527	(1.679)	–	–	–	1.065	
Total			60.737	21.517	(18.498)	–	–	–	63.756	

	Consolidado		31/12/2024		Adições		Reversões		31/12/2025	
Cíveis (a)			45.886	11.285	(10.516)	–	–	–	46.655	
Regulatório – ANS (b)			9.031	1.275	(1.475)	–	–	–	8.831	
Tributárias (d)			2.905	380	(250)	–	–	–	3.035	
Trabalhistas e previdenciárias (c)			2.052	212	(48)	–	–	–	2.216	
Total			59.874	13.152	(12.498)	–	–	–	60.737	

Descrição dos principais processos e/ou riscos, em 31 de dezembro de 2025: a) A Companhia e sua controlada são parte passiva em processos cíveis em andamento, sendo o montante de R\$51.235 e R\$51.851 na controladora e consolidada, respectivamente (R\$46.654 e R\$46.655 em 31 de dezembro de 2024 na controladora e consolidada, respectivamente), estimado como provável desembolso de caixa, para os quais foi constituída provisão para contingências. Para os riscos cujas chances de perda são classificadas como possível, no montante de R\$ 96.620 e R\$ 106.160 na controladora e no consolidado, respectivamente (R\$14.787 e R\$14.819 em 31 de dezembro de 2024 na controladora e no consolidado), nenhuma provisão foi constituída. As principais causas versam sobre (i) percentual de reajuste aplicado aos contratos, sejam reajustes anuais ou por faixa etária; (ii) exigência de coberturas de procedimentos médicos não previstos no contrato de assistência à saúde coletiva por adesão ou no rol de procedimentos da ANS; (iii) pedidos de reatuação de planos de saúde cancelados por falta de pagamento das mensalidades que se encontram em fase de discussão na esfera administrativa e/ou judicial; e (iv) questionamento por parte dos beneficiários devido à cobrança de mensalidades em atraso não quitadas e protestadas junto à empresa de proteção ao crédito referenciado de mercado. b) A Companhia é parte passiva em processos regulatórios da ANS, sendo o montante de R\$10.457 e R\$10.487 na controladora e consolidada, respectivamente (R\$8.831 em 31 de dezembro de 2024 na controladora e consolidada, respectivamente) avaliado como perda provável, para os quais foi constituída provisão. Para os riscos cujas chances de perda são classificadas como possível, no montante de R\$14.850 e R\$14.930 na controladora e no consolidado, respectivamente (R\$3.595 em 31 de dezembro de 2024 na controladora e no consolidado), não foram constituídas provisões. c) A Companhia é parte passiva em processos trabalhistas que se encontram em discussão na esfera administrativa e/ou judicial e que versam,

Data da outorga

Valor justo na data da concessão

Data e validade

Quantidade de opções

Concedidas

Exercidas

Canceladas

Saldo

11/05/2023	4,3	11/05/2027	4.700.000	29.498	1.125.000	(2.825.000)	779.498
10/05/2024	1,4	10/05/2026	4.500.000	9.113	(3.000.000)	(301.823)	1.207.290
19/06/2024	1,7	19/06/2026	1.800.000	3.646	(1.200.000)	–	603.646
Total			11.000.000	42.257	(5.325.000)	(3.126.823)	2.590.434

Para 31 de dezembro de 2025, o período de duração contratual médio ponderado restante é de 249 dias (581 em 31 de dezembro de 2024). Por meio de rateio de plano de ações restritas pactuado com a controladora Qualicorp Consultoria e Corretora de Seguros S.A., no período findo em 31 de dezembro de 2025, foram alocadas despesas de apropriação de ações restritas outorgadas no patrimônio líquido Companhia, no montante total de R\$ 2.945.

20. Despesas por Natureza – A demonstração do resultado é apresentada por função, apresentamos a seguir o detalhamento:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde				
Repasses financeiros de contratos de adesão (a)	(60.474)	(84.357)	(61.953)	(86.172)
Perdas operacionais (b)	(110.452)	(80.713)	(119.074)	(80.728)
Despesas judiciais	(2.001)	(2.384)	(2.741)	(470)
Aporte de sinistralidade	(516)	(813)	(9.163)	(13.049)
Outros custos de serviços prestados	(32)	(236)	(33)	(237)
Total Outras despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde	(173.475)	(168.503)	(192.964)	(180.656)
Despesas de comercialização				
Comissão de terceiros	(6.369)	(14.155)	(13.406)	(19.609)
Comissão de terceiros (vitalício)	(9.412)	(13.245)	(10.879)	(15.095)
Provisão comissões	(159)	(74)	(351)	(395)
Total de despesas de comercialização	(15.940)	(27.474)	(24.636)	(35.099)
Despesas Administrativas				
Depreciações e amortizações (c)	(104.561)	(165.066)	(129.075)	(193.831)
Gastos com pessoal	(118.240)	(128.908)	(138.337)	(142.723)
Gastos com serviços de terceiros (d)	(71.168)	(101.814)	(77.500)	(105.552)
Processos Judiciais	(79.874)	(52.380)	(83.610)	(63.526)

principalmente sobre o pagamento de verbais rescisórias, diferenças salariais, horas extras e reflexos. As provisões para contingências constituídas para eventuais perdas decorrentes dos referidos processos totalizam o montante de R\$353 na controladora e consolidado, respectivamente (R\$3.035 em 31 de dezembro de 2024 na controladora e consolidado, respectivamente). Para os riscos cujas chances de perda são classificadas como possível, os quais totalizam R\$3.259 e R\$3.367 na controladora e no consolidado, respectivamente (R\$897 em 31 de dezembro de 2024 na controladora e consolidado), não foram constituídas provisões. d) A Companhia é parte passiva em processos tributários em andamento, sendo o montante de R\$ 573 e R\$1.065 na controladora e consolidado, respectivamente (R\$2.216 em 31 de dezembro de 2024 na controladora e no consolidado) avaliados como perda provável, para os quais foi constituída provisão. Contingências tributárias sob autos de infrações classificadas como possível: A Companhia e sua controlada possuem passivos contingentes de natureza tributária, cuja probabilidade de perda é considerada possível, razão pela qual nenhuma provisão foi constituída. Esses passivos contingentes de natureza tributária, acrescidos de juros e atualização monetária, totalizam R\$ 1.484.572 e R\$1.485.814 na controladora e no consolidado, respectivamente, em 31 de dezembro de 2025 (R\$1.387.146 em 31 de dezembro de 2024 na controladora e no consolidado, respect

<

Publique no
Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.



Acesse nosso site pelo link abaixo
ou apontando a câmera do seu
celular no QRcode ao lado.

datamercantil.com.br

Contato: (11) 3361-8833

Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br

DATA
MERCANTIL
São Paulo

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 28/02/2026

Acesse a página de Publicações Legais no site do
Jornal Data Mercantil, apontando a câmera
do seu celular no QR Code, ou acesse o link:
www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

